

O MOMENTO ATUAL E AS NOSSAS TAREFAS

A correlação de forças criada a partir dos resultados eleitorais de 15 de novembro de 1988, em que o PT aparece como o principal partido de oposição no Brasil, deve-se à nossa capacidade de captar a insatisfação popular e dirigi-la para um programa de transformações econômicas, sociais e políticas.

O combate ao Governo Sarney e à Nova República, a campanha eleitoral municipal – quando fizemos os temas nacionais predominarem sobre os locais – e o caráter plebiscitário que imprimimos à disputa em sua fase final carregaram votos para o Partido e nos asseguraram vitórias e resultados importantes.

Isto foi possível devido às resoluções do V Encontro, cuja política de alianças, definições estratégicas, opção pelo socialismo e tática eleitoral armaram o PT para as vitórias de 15 de novembro.

As forças acumuladas pelo PT e pelo povo nessas eleições criam a possibilidade de que ocorra, pela primeira vez na história do Brasil, uma polarização entre esquerda e direita. O povo brasileiro se encontra diante de uma oportunidade histórica: a de liquidar com pelo menos um quarto de século de tutela militar a serviço do capital internacional, dos latifundiários e do grande capital em geral. O fim do desastroso e ilegítimo Governo Sarney o mais cedo possível, com a eleição de um candidato à Presidência da República com profunda inserção no movimento operário, popular e democrático, encerrará a farsa da transição conservadora.

A vitória eleitoral do PT e dos trabalhadores e a conjuntura que ela abre inscreve-se no marco mais amplo do período aberto pelo ascenso operário e popular de 1978. Este resultou na criação do PT, da CUT e do atual movimento independente dos trabalhadores brasileiros, de um lado, e na crise da Ditadura Militar enquanto forma de dominação burguesa e na sua substituição, a partir da campanha das Diretas em 1984, pela Nova República, de outro. Naturalmente, trata-se de um processo não-linear de desenvolvimento da luta de classes, sujeito a saltos, que conhece avanços e retrocessos. Este período, que compreende toda a década de 80, caracteriza-se também por uma profunda crise da economia brasileira, cuja raiz é a dependência junto ao imperialismo e a crescente dívida externa que daí advém. O País atravessa uma crise crônica: nos últimos dez anos, o PIB, considerando o crescimento demográfico, permaneceu praticamente o mesmo. Uma década sem expansão econômica é uma década sem modernização do parque industrial, o que leva à perda da capacidade de competição internacional e a um atraso extremamente difícil de ser recuperado, mesmo em muitas décadas. Trata-se de uma crise estrutural, que se manifesta ora numa recessão aberta, ora numa inflação descontrolada ou no problema cambial, mas que reflete, no fundo, o esgotamento de um determinado padrão de acumulação capitalista e incapacidade de encontrar um novo caminho de crescimento econômico unicamente nos marcos da economia brasileira. Ela é expressão, no Brasil, das dificuldades que vem conhecendo a economia capitalista mundial e que atinge o conjunto dos países latino-americanos.

A CRISE QUE O PAÍS ATRAVESSA TEM AS SEGUINTE DIMENSÕES

Em primeiro lugar, é uma crise global, isto é, combina o início de uma crise de regime com um impasse no padrão de acumulação capitalista. Essa dinâmica gera, por sua vez, uma crise de valores das classes dominantes, que é um componente importante do desenvolvimento de uma crise de hegemonia política.

Em segundo lugar, é uma crise estrutural. Ela não é motivada por razões momentâneas ou conjunturais, mas por uma acumulação de processos econômicos e políticos, que vêm se desenvolvendo há longos anos. A evidência de que há um impasse no padrão de acumulação capitalista no Brasil está expressa na queda brutal de crescimento da economia brasileira na década de 80. A incapacidade das classes dominantes de estabilizarem um regime político perpassa os anos da crise da Ditadura Militar e toda a experiência da Nova República.

Em terceiro lugar, ela exige, para ser superada, um forte e generalizado deslocamento da correlação de forças em favor da burguesia ou do proletariado. O grau de organização sindical dos trabalhadores já é suficiente para barrar iniciativas burguesas decisivas, como o pacto social. O grau de organização política dos trabalhadores é bastante para começar uma disputa pela hegemonia política, mas ainda não temos condições de impor a nossa saída para a crise, e podemos não vir a tê-la por todo o período. Isso aprofunda o quadro de instabilidade.

Enfim, a crise tem uma dimensão internacional clara, relacionada com as dificuldades da economia capitalista mundial a partir dos anos 70. Ela golpeia o conjunto das economias latino-americanas e cria um quadro de instabilidade política na maioria dos países do continente, aprofundada pelo avanço da revolução na América Central. Esta dimensão internacional está no centro da crise que vive nosso país: é inegável a centralidade do problema da dívida externa, que se relaciona com o caráter dependente do capitalismo brasileiro, apesar de seus enormes avanços técnicos.

O CARÁTER DA CRISE

A idéia de que estamos vivendo uma crise é importante porque dá a amplitude das tarefas e desafios que estão pela frente: não existe solução à vista e é a direção da sociedade e o problema do poder que estão, ao final do processo, em jogo.

A idéia esclarece que estamos diante de anos de grandes enfrentamentos de classe, de instabilidade institucional e forte tensão política e que, portanto, temos de atualizar o nosso programa e os nossos métodos de trabalho.

Explica que, em função da fragmentação do campo burguês e da maior capacidade de iniciativa dos trabalhadores, há uma tendência a uma aceleração dos ritmos da luta de classes e deslocamentos mais rápidos da correlação de forças.

Assistimos hoje, no País, a uma profunda crise de governo, que se evidencia na disseminada impopularidade, no descrédito e na ilegitimidade do Governo Sarney; na erosão, desgaste e fragmentação de sua base política e parlamentar; na sua incapacidade de implantar iniciativas coerentes para enfrentar a crise econômica e social que devasta o País. Esta crise de governo se combina com o início de uma crise do regime da Nova República, que se manifesta em três dimensões: na fragmentação das forças dos partidos burgueses, o que, inclusive, dificultou o

esforço de forjar uma candidatura capaz de unificar o chamado centro e a direita; na incapacidade da nova Constituição de se afirmar como peça de legitimação da nova ordem política, como elemento de contenção das lutas sociais; na criação de uma dinâmica crescentemente polarizada na luta de classes, que exerce uma contínua pressão sobre as instituições e as leis, e tem inviabilizado qualquer tentativa de pacto social. O resultado das eleições presidenciais determinará, em grande medida, o ritmo de evolução dessa crise do regime. Evidentemente, uma vitória eleitoral do PT aceleraria enormemente a disputa política no País, criando uma situação de crise aberta e generalização do regime da Nova República. Todavia, não há, hoje, instalada no cenário político do País uma situação revolucionária ou pré-revolucionária, pois, para tanto, é necessário que estejam diretamente questionadas as estruturas vertebrais do Estado, as Forças Armadas, o poder econômico do capital. E também que a estas estruturas se oponha um processo aberto de constituição de um poder popular alternativo.

Tomados de surpresa pelos resultados eleitorais, os diversos setores da burguesia buscam diferentes saídas para a crise e formas de enfrentar o crescimento da candidatura Lula. Tentaram por todos os meios caracterizar a vitória petista como fruto de um genérico “voto de protesto” ou como “vitória de uma minoria”. Buscam, agora, converter as administrações petistas em gestoras “domesticadas”, nos limites estritos de seus interesses. Consideram as alternativas de reforma constitucional, com a introdução do Parlamentarismo; não excluem até mesmo o recurso ao golpe militar e cogitam outras maneiras de debelar a crise do governo e neutralizar uma eventual vitória das esquerdas.

A burguesia busca retomar a iniciativa política. De um lado, após a derrocada do Plano Verão, e pressionadas pelo ascenso do movimento grevista, as classes dominantes tentam reciclar a desgastada idéia de um pacto social anticrise sob a justificativa e a chantagem explícita de “garantia de normalidade democrática”; de outro, através do Governo Sarney, editam as medidas provisórias antigreve e estimulam a repressão aberta aos movimentos sociais. Correndo por fora, e integrados como mais um elemento de intimidação política, grupos paramilitares vinculados à extrema-direita espreitam a cena política com o terrorismo, contando com o beneplácito franco ou velado de setores do aparato estatal-militar.

POR UM NOVO GOVERNO

No plano institucional, permanece a divisão e a fragmentação política entre as várias candidaturas burguesas; entretanto, surge na cena política a potencialidade de uma progressiva unificação dos setores de direita e de centro em torno da candidatura Collor, expressão de uma variante populista do neoliberalismo, que poderá se tornar uma alternativa política realmente competitiva.

Frente a esta situação, o PT reafirma que o caminho para o enfrentamento da crise sob a perspectiva dos trabalhadores exige a conquista de um governo democrático-popular.

Contra o projeto das classes dominantes, o PT reafirma o seu caminho para resolver a crise do ponto de vista dos trabalhadores, que é a instauração de um governo democrático-popular, antiimperialista, antimonopolista, contra o pagamento da dívida externa, que realize a reforma agrária e que promova o desenvolvimento

sobre novas bases, e no qual os trabalhadores detenham a hegemonia e possam avançar em direção ao socialismo. O PT, que em dezembro passado apresentou à sociedade o PEAE [Plano Econômico Alternativo de Emergência], para vencer a inflação pela via da retomada do desenvolvimento e com distribuição de renda, contrapôs-se desde o início ao Plano Verão. O PT apoiou efetivamente a greve geral, que demonstrou repúdio popular ao arrocho. Contra esse plano e os projetos alternativos das classes dominantes, o PT reafirma que a única saída para a crise brasileira é aquela que enfrenta os problemas econômicos, sociais e políticos a partir de um ponto de vista dos trabalhadores, na perspectiva de um governo democrático e popular.

Os trabalhadores já construíram um instrumento capaz de disputar a hegemonia com os partidos burgueses em nível nacional. Contrastando com a dilaceração destes, quebrados pelo fisiologismo e ausência de unidade política, o PT foi construindo uma hegemonia incontestável no campo do movimento operário e popular. Hoje, a grande massa de militantes que atuam nos sindicatos, no campo, nos bairros e nas universidades está no PT. No entanto, é fundamental reconhecer que existe um fosso enorme e perigoso entre a influência eleitoral do PT e sua força militante. Mesmo esta, porém, em grande medida, não se organiza em estruturas regulares do Partido. No campo sindical, são enormes os avanços da CUT, a menos de seis anos de sua fundação. Ela se consolidou como a principal referência de luta do movimento sindical brasileiro e sua influência crescente mina cada vez mais a CGT, dividida e em crise. Experiências de greve com ocupação de fábrica, ocupações de terra, de greves no campo, de greves que paralisaram categorias em nível nacional e, mais recentemente, de greve geral já são um patrimônio de milhões de trabalhadores.

Por outro lado, também é verdade que a CUT ainda filia apenas uma minoria da população economicamente ativa. Apenas poucas categorias possuem organização de base mais sólida. As situações de distintos movimentos sociais, como o movimento popular e urbano, de camponeses, de mulheres, estudantil, de negros, culturais, ecológicos, de seringueiros e índios etc., são bastante diferenciadas em seu grau de mobilização, organização e consciência, mas revelam uma enorme vitalidade, um alto nível de atividade e a amplitude no processo de auto-organização independente do povo. Naturalmente, muito temos ainda que avançar em termos de experiência de luta, grau de organização, construção de direção, coesão política e identidade com o esforço de transformação socialista do Brasil por parte das amplas massas. Isso é indispensável para respondermos positivamente às tarefas colocadas na luta pelo poder. E não se trata de um avanço linear, fácil de ser conquistado. A situação atual já condiciona, em grande medida, a evolução da situação. E a correlação de forças entre os trabalhadores e a classe dominante tem-se mostrado extremamente dinâmica.

A tarefa fundamental hoje colocada para o campo popular e, portanto, o centro da nossa tática é a luta por um novo governo, democrático e popular. Esta é a tarefa que, na atual conjuntura, articula e dá sentido às demais atividades que desenvolvemos. Só um governo do PT, com Lula presidente, junto com as forças democráticas e populares, pode terminar com a atual política, dirigida para o pagamento da dívida externa e a manutenção da dominação imperialista sobre o

País, abrindo caminho para a resolução, pelos trabalhadores, da crise que atravessa a Nação.

Na conjuntura, o objetivo da tática dos trabalhadores é a conquista de um governo democrático-popular, com a eleição de Lula presidente do Brasil em novembro próximo.

Considerando, porém, o período mais geral da luta de classes em que vivemos, este objetivo se articula com o aprofundamento do atual início de crise do regime, criando condições para que os mecanismos institucionais de repressão e amortecimento do movimento de massas não consigam mais conter este movimento, nem aviltar o seu transbordamento para o plano político, acenando com o questionamento da própria dominação de classe.

CRISE DE GOVERNO E CRISE DE REGIME

Em outras palavras, é preciso ter claro que não interessa aos trabalhadores a estabilidade da atual forma de dominação burguesa, o que coloca a questão da passagem desta crise de governo atual para uma crise aberta e declarada de regime.

É evidente que este objetivo se combina com o da constituição de um campo de forças antimonopolista, antilatifundiário e antiimperialista na sociedade brasileira, configurando o bloco histórico que fará a ponte entre as reivindicações mais sentidas dos trabalhadores em seu estágio atual de consciência e mobilização e a luta pelo socialismo.

São alvos principais da tática dos trabalhadores, na conjuntura, o Governo Sarney e sua política econômica, os monopólios, a subordinação ao capital internacional, ao FMI e à dívida externa e ao latifúndio. Considerando, porém, o novo período da luta de classes que se abre com o possível desenvolvimento da crise de regime, outros alvos, como a tutela militar, o controle dos grandes meios de comunicação de massa, a burocracia estatal e o arcabouço jurídico-político autoritário e conservador, adquirirão principalidade. O eixo central da tática, neste momento, é a campanha presidencial de 89, com a candidatura Lula. Constituem, entretanto, eixos complementares imprescindíveis da tática, o incremento dos movimentos reivindicatórios dos trabalhadores (contestando, na prática, as recentes e ilegítimas restrições legais autoritárias), a manutenção da recusa a qualquer tipo de pacto com o campo dominante e a construção de embriões de novos organismos de controle e de poder popular. A realização dessas tarefas, na conjuntura, pressupõe, por um lado, o fortalecimento do PT, do seu papel dirigente, da sua democracia interna e da intervenção partidária unitária nas frentes de luta e, por outro lado, o sucesso das administrações municipais sob direção petista e sua constituição como ponto de apoio para a luta política geral.

O PT e a Frente Brasil Popular são os principais instrumentos de desenvolvimento do eixo tático central dos trabalhadores na conjuntura. O Programa de Governo Democrático-Popular e o próprio Governo Democrático-Popular, que constituem instrumentos capazes de viabilizar a alternativa dos trabalhadores à crise política atual, na ordem do governo, podem, entretanto, vir a abrir condições para a disputa de uma alternativa de poder.

A disputa presidencial está no centro da disputa política, o que torna a campanha presidencial do PT, com Lula à frente, o eixo principal em torno do qual se

desenvolverão as atividades do Partido. É na campanha presidencial, articulada às propostas do Programa de Ação de Governo (PAG), às mobilizações populares pelas questões econômicas, sociais e políticas e ao desempenho das prefeituras governadas pelo PT, que devemos concentrar nossos esforços principais para acumular forças e enfrentar alternativas que a conjuntura ponha diante de nós.

A DISPUTA DE PROJETOS

A principal particularidade da conjuntura nacional é que ela apresenta, ou permite determinar claramente, um fator polarizador, ou seja, um fator que obriga as forças sociais em disputa a apresentarem soluções políticas globais para a sociedade, que atendam aos seus interesses, colocando na ordem do dia, de modo mais ou menos permanente, a competição entre projetos econômicos (e entre embriões de projetos políticos), mesmo que não se configure, ainda, crise aberta e declarada de regime. Este fator é a crise econômica sem solução a curto e a médio prazos (dentro dos marcos da política econômica que interessa ao grande capital). Esta situação singular gera um campo perturbado, que aponta para a instabilidade política, estimula disputas interburguesas e, portanto, impede a clara conformação de um bloco político e social hegemônico no campo dominante.

Na falta deste bloco, aumenta o grau de autonomia das forças sociais que detêm o controle direto sobre os centros decisivos do poder de Estado em relação a sua base social de classe e ao campo da classe dominante como um todo. É assim que, por exemplo, os militares atuam como força social na conjuntura, o mesmo ocorrendo com os dirigentes dos grandes complexos de comunicação de massa, com um grau de independência em relação às diversas frações burguesas jamais verificado em sociedades capitalistas que tenham atingido níveis de desenvolvimento das forças produtivas comparáveis aos da sociedade brasileira.

De sorte que não há como encaminhar a questão estratégica no Brasil, isto é, não há como articular tática com estratégia numa perspectiva revolucionária sem enfrentar estas duas questões: a questão das Forças Armadas e a questão dos meios de comunicação de massa (o que implica, evidentemente, mexer no arcabouço jurídico-político do Regime, alterando, inclusive, a atual Constituição).

É a partir dos seus objetivos no período de luta de classes que a tática se articula diretamente com a estratégia. No atual período, portanto, a articulação entre a tática e a estratégia se dá através do aprofundamento do início da crise de regime da Nova República e por meio da formação de uma frente política – a Frente Democrático-Popular – capaz de apresentar e disputar o seu projeto de novo regime político para a sociedade brasileira.

A conquista eleitoral de um Governo Democrático-Popular em 1989 se articula, também, com a estratégia na medida em que um governo com este caráter, além de aprofundar a crise de regime, tende a apresentar uma solução para esta crise que favoreça a luta dos trabalhadores. Da mesma maneira, a consolidação de uma frente eleitoral, como a Frente Brasil [Popular], baseada num programa alternativo de governo, como o PAG, se articula com a estratégia na medida em que pode se constituir como embrião da Frente Democrático-Popular.